

Tutoria no curso de formação

Uma experiência concreta

MARIA LÚCIA GOMES MEIRELES*
MARIA APARECIDA MOREIRA**
IRACI BALBINA GONÇALVES SILVA***

RESUMO: O artigo procura refletir sobre a experiência tutorial no curso Profucionário para os profissionais das redes de ensino, buscando ressaltar as especificidades das funções e do perfil profissional do tutor/educador nas escolas públicas. Argumenta que o trabalho pedagógico do tutor no referido curso trata-se de uma ação concreta e fundamental na reversão da dívida histórico-social com os funcionários que têm sofrido o processo de alienação típico do modo de produção capitalista.

Palavras-chave: Profucionário. Funcionário de escola. Formação. Tutoria. Conscientização.

*“não é ninguém, não senhora, é o padeiro.
Assim ficara sabendo que não era ninguém...”*

Rubem Braga

Introdução

O Profucionário, promovido pelo Ministério da Educação (MEC), é um curso técnico de profissionalização dos funcionários da educação não docentes, com duração de dezoito meses e habilitação em quatro áreas: técnico em gestão escolar, técnico em alimentação escolar, técnico em meio ambiente

* Especialista em Métodos e Técnicas de Ensino e Administração Escolar. Professora Formadora do Núcleo de Tecnologias Educacional de Silvânia (GO) e Coordenadora do Profucionário em Silvânia (GO). *E-mail:* <malu.gm@hotmail.com>.

** Especialista em Ciências da Natureza. Professora Formadora do Núcleo de Tecnologias Educacional de Silvânia (GO) e Tutora do Profucionário. *E-mail:* <mcidinhamoreira@hotmail.com>.

*** Mestranda em Educação pela Universidade Católica de Goiás. Professora Efetiva da Universidade Estadual de Goiás (UEG) e Professora Formadora do Núcleo de Tecnologias Educacionais de Silvânia (GO). *E-mail:* <goncalvesiraci@uol.com.br>.

e infraestrutura escolar e técnico em multimeios didáticos. Todas elas têm o objetivo de desconstruir a antiga identidade dos profissionais não-docentes, alienada dos objetivos da escola, e reconstruir uma nova identidade, de educadores profissionais. Esse curso, em Goiás, é oferecido pela Secretaria de Educação de Goiás, em parceria com MEC, União Nacional dos Dirigentes Municipais de Educação (Undime), Conselho Nacional de Secretários de Educação (Consed), Conselho Estadual de Educação (CEE), Confederação Nacional dos Trabalhadores em Educação (CNTE) e Sindicato dos Trabalhadores em Educação de Goiás (Sintego).

Monlevade (2001) denuncia a negligência geral com respeito aos trabalhadores da educação não-docentes, pois as pesquisas e debates sobre os processos educativos e até mesmo as discussões sobre e na comunidade educativa giram sempre em torno de dois elementos – professores e alunos –, desvalorizando os outros profissionais que contribuem significativamente com a dinâmica da instituição.

Entretanto, os educadores não-docentes estão presentes na educação escolar desde seus primórdios no Brasil. Durante o período colonial, as atividades não docentes eram executadas pelos *irmãos coadjutores* - jesuítas que não estudavam filosofia e teologia, mas desempenhavam funções que iam da arquitetura à culinária. Os *irmãos coadjutores* foram os primeiros funcionários não-docentes do Brasil. Em 1758, os jesuítas foram expulsos das Colônias Portuguesas, levando a educação brasileira ao caos. Em 1772, o Marquês de Pombal, primeiro ministro de Portugal, criou as Aulas Régias, que se resumiam a uma sala, ao professor e aos alunos. O espaço geralmente era improvisado na própria casa do professor. Todo o trabalho material era feito pelo próprio professor ou por escravos.

A situação permaneceu assim por muito tempo, com pequenas mudanças, até a chegada da corte portuguesa ao Brasil, em 1808. Mais precisamente, até a criação dos liceus nas províncias, às quais coube, pelo Ato Adicional de 1934, a responsabilidade de organizar e financiar as escolas primárias e secundárias.

Os liceus, no entanto, não garantiram a universalidade do ensino. Barros (2006, p. 17) afirma que “[...] no estado de Goiás, até 1929, o Liceu da capital era a única instituição pública estadual de ensino secundário.” A mudança mais expressiva se deu partir de 1930, quando o contexto socioeconômico brasileiro exigiu maior qualificação da mão de obra e, por consequência, aumento considerável no número de escolas e vagas. Nesse período, houve a necessidade da contratação de outros funcionários para o funcionamento das novas escolas, em prédios de médio e grande porte. Esses novos funcionários passaram a ter atribuições de escrituração escolar, limpeza, segurança e disciplina, dentre outras. Acreditava-se, porém, que, para o desempenho de tais funções, ditas *de apoio*, a qualificação era dispensável. Sem qualificação profissional, desprovidos das características de educadores, eles cumpriam suas funções, aprisionados ao rótulo de cumpridores de tarefas.

Esses funcionários, embora cada vez mais necessários às instituições educacionais, permaneceram ocultos, invisíveis: nas pesquisas, nos discursos, nas decisões, nos processos de formação profissional e até mesmo nas relações entre os diversos atores que compõem a escola. Ainda hoje, dificilmente são incluídos em momentos de estudos, decisões, seminários ou cursos.

O fato inegável é que a escola não é formada apenas por professores e alunos. E é no bojo dessas relações que o dualismo opressor/oprimido se evidencia. Segundo Freire (1987), a violência das opressões se instaura na imposição do **ser menos** e o grande desafio do oprimido é restaurar em ambos a humanidade fragilizada. O Profuncionário surge, então, com o propósito de resgatar a vocação do **ser mais** do funcionário e como prática de liberdade, restaurando a humanidade entre oprimidos e opressores.

Passos decisivos foram dados neste sentido. Em 2006, depois de muitas lutas e tentativas, alguns estados aceitaram o desafio de desenvolver o curso piloto do Profuncionário: Paraná, Pernambuco, Piauí, Mato Grosso do Sul, Tocantins e Goiás. Mato Grosso, diferentemente dos outros, já havia iniciado o processo de formação de funcionários e sua experiência contribuiu para a elaboração do Profuncionário.

Goiás, em 2006/2008, ofereceu 830 vagas, distribuídas em 38 municípios, um dos quais foi Silvânia. Em 2009, expandiram-se as turmas: atualmente, 1497 cursistas estão sendo beneficiados pelo programa, e o município está atendendo a uma segunda turma.

Dentre os vários aspectos dignos de análise, está o do papel do tutor no processo de reconstrução profissional/pessoal destes sujeitos. O presente artigo reflete sobre a experiência de formação exercida pelo tutor no Profuncionário, ressaltando as especificidades de suas funções e seu perfil profissional.

O papel do tutor

O tutor é o responsável direto pela execução do programa. É ele quem faz a mediação entre os módulos pedagógicos e técnicos do curso e o esforço de construção do novo conhecimento e da nova prática, que caracterizam a “transformação” do trabalhador em profissional da educação. Segundo o documento intitulado *Orientações Gerais*, os tutores “[...] desempenham um papel central no Profuncionário” (BRASIL, 2008, p. 36), e, dentre outras exigências, deve acompanhar o processo de aprendizagem e de aquisição de competências e conhecimentos pelos cursistas, supervisionar sua prática profissional e fazer registros do processo de avaliação. Para tanto, é necessário que seja estudioso e interessado em perceber os avanços e desafios na formação de cada cursista. Deve ser capaz de estabelecer uma metodologia baseada no diálogo, no pensar certo. De acordo com a ótica de Freire (2002, p. 17)

Faz parte igualmente do pensar certo a rejeição mais decidida a qualquer forma de discriminação. A prática preconceituosa de raça, de classe, de gênero ofende a substantividade do ser humano e nega radicalmente a democracia.

Nesse sentido, há características pessoais imprescindíveis ao tutor, como a luta pela democratização da escola e, necessariamente, o empenho pela valorização de todos os seus sujeitos, inclusive os profissionais não-docentes, marginalizados ao longo da história.

O papel do tutor é fundamental, pois ele problematiza os assuntos do módulo, articula análises e reflexões sobre as práticas e vivências, instiga o cursista ao estudo, elabora devolutivas nos memoriais e nos *pratiques*, promove ações que possibilitem a construção do conhecimento. Enfim, o tutor deve promover um apoio consistente para que o cursista explore ao máximo o curso e tenha um aprendizado significativo.

A estrutura em Goiás

O Profucionário é um programa de formação de funcionários que já atuam nas redes de ensino, e foi instituído pelo Governo Federal com o objetivo de

[...] desenvolver ações capazes de criar estruturas de valorização, visando a contribuir para reverter a dívida histórica do Estado brasileiro para com o segmento de funcionários da educação. (BRASIL, 2008, p. 5).

Os cursos são oferecidos na modalidade de educação a distância (EAD), com carga horária de 1.260 horas, incluindo um bloco de seis módulos pedagógicos e outro de dez módulos técnicos, além de 300 horas de Prática Profissional Supervisionada (PPS). Em Goiás, quinzenalmente, um sábado é dedicado a atividades presenciais, entre os funcionários cursistas e o tutor. Por elas, os cursistas têm a oportunidade de sanar dúvidas, sistematizar a aprendizagem e partilhar conhecimentos e perspectivas. Vale ressaltar que o tutor é um professor da rede estadual efetivo com carga horária de 20 horas semanais dedicadas a tutoria.

Cada estado tem autonomia para organizar a avaliação e a PPS, contanto que não descaracterize a formação proposta pelo programa, que envolve o estudo dos módulos, a elaboração de memoriais reflexivos, a resolução de *pratiques* e encontros presenciais.

Em Goiás, os Núcleos de Tecnologia Educacional (NTE's), por meio do professor-orientador, ficam com a responsabilidade de organizar as turmas, acompanhar o trabalho do tutor e ser o elo entre este e a coordenação estadual. O professor orientador é lotado no NTE com 20 horas semanais. Seguindo a estrutura do programa, o professor orientador promove encontros mensais com duração de 8 horas para

estudo, análise das produções, acompanhamento do processo de aprendizagem dos cursistas e planejamento dos encontros quinzenais. Além disso, visita os encontros quinzenais, para acompanhar de perto o trabalho do tutor e também estabelecer laços com os cursistas. O professor orientador é responsável por todas as turmas da jurisdição do NTE. No caso do NTE-Silvânia, são três turmas: Silvânia (cidade sede), Leopoldo Bulhões e Orizona. Seguindo as Orientações Gerais, o professor orientador

[...] deverá conhecer as ferramentas, os recursos e a metodologia da educação a distância, os mecanismos de avaliação da aprendizagem e os aspectos legais que incidem sobre a certificação alunos. (BRASIL, 2008, p. 35).

Os memoriais são textos produzidos pelos cursistas ao final de cada módulo, em que descrevem seu processo de aprendizagem, relacionam teoria à prática e discutem assuntos relevantes apresentados nos encontros quinzenais. Os memoriais são excelentes instrumentos de avaliação, embora não se destinem à mensuração quantitativa. Já os *pratiques* são sugestões de atividades de pesquisa e reflexão dos assuntos dos módulos, elaborados por seus autores. Um fator fundamental nesses dois instrumentos é a inserção da autoavaliação do processo, pelo próprio cursista.

Uma especificidade do processo avaliativo de Goiás é a elaboração e desenvolvimento de um Plano de Trabalho (informalmente chamado também de *Projeto*), destinado a cumprir parte da PPS, além das suas atividades diárias dentro do perfil de cada área específica. A proposta é elaborada a partir de um diagnóstico da instituição educacional, feita pelo cursista. Ele identifica um problema ou uma situação que pode ser melhorada e/ou uma ação prevista no Projeto Pedagógico, de acordo com sua área de atuação. O Plano de Trabalho tem a função de inserir o cursista nas ações desenvolvidas pela escola.

O acompanhamento do tutor para o bom desenvolvimento da PPS é primordial, por isso ele visita *in loco*, conversa com diversos agentes da instituição, principalmente com a equipe gestora e supervisiona todo o processo. Acompanha, assim, a elaboração e execução do Plano de Trabalho. Com essas visitas, o tutor consegue perceber tanto o crescimento profissional do cursista quanto a sua valorização na instituição. Para aprovação e certificação, os cursistas fazem também o registro das atividades da PPS. Nesse registro o cursista faz a reflexão sobre as atividades desenvolvidas:

Este Plano de Trabalho foi mais uma oportunidade de mostrar que sou capaz não só de limpar o chão mais de fazer algo mais para a melhoria do dia-a-dia da escola fazendo com que este ambiente fique mais limpo, agradável e de uma forma mais racional e ecologicamente correta. Sinto-me feliz, realizada e com certeza de que o terreno foi preparado, a semente lançada agora é só esperar os frutos que com certeza virão. (Fragmento do relatório da PPS de Eliana de Melo Heredia, em 2008).

A tutoria é de tal importância que, quando o tutor não se identifica com o trabalho, não gosta de estudar ou não desenvolve bem o seu papel, faz-se necessária a troca, mesmo depois de iniciado o processo. Em Silvânia, em 2006, e depois em Orizona, em 2009, fez-se necessário substituir tutores.

A tutoria em Silvânia

Silvânia foi contemplada no projeto piloto do Profucionário porque o critério estabelecido pela Secretaria de Educação de Goiás para formar as primeiras turmas foi a de priorizar as cidades sedes de uma Subsecretaria. Foram inscritos apenas 20 funcionários da rede estadual, embora Silvânia conte também com trabalhadores na rede municipal.

Em 29 de setembro de 2006, aconteceu a aula inaugural, que se transformou em marco da história dos funcionários da educação de Silvânia. O Profucionário veio para atender a essa demanda de funcionários e ser, mais que um curso de formação, um curso de *transformação*. A aula inaugural contou com a participação de diretores e dos funcionários das escolas. Nesse dia, já foi possível notar o brilho no olhar dos cursistas, todos orgulhosos e valorizados pela existência de um curso específico para eles, pois até então só existiam cursos para professores e diretores das escolas. Isso fica evidente na fala da cursista Maria Helena Ribeiro, em seu primeiro memorial:

Esse novo passo que estou dando poderá ser difícil, mas será ele que me sustentará no meu trabalho onde transformarei o modo de ver as coisas em possibilidades boas de uma escola, aluno, professores e companheiros de jornada cada vez mais unidos e falando a mesma língua. (28/10/2006).

Com o decorrer do curso, a transformação dos funcionários era notória. Todos os sujeitos envolvidos percebiam as mudanças: o cursista, a equipe gestora da instituição e o tutor. Ao estudar os módulos, os cursistas realizavam descobertas, descortinavam direitos desconhecidos e fortaleciam a autoestima.

Na escola o resultado era visível, pois os funcionários perceberam que não eram apenas cumpridores de tarefas. Nessa perspectiva, se inteiravam mais objetivamente das atividades do conselho escolar, do qual muitos faziam parte. Aprofundavam o estudo do Projeto Político-Pedagógico e participavam da sua construção. Enfim, se envolviam completamente nas ações educativas das escolas. Nas palavras dos cursistas sobressai o sentimento de pertença à instituição:

Os funcionários das escolas têm um papel importante perante os alunos no seu dia-a-dia, mostrando aos alunos a importância de ter uma escola limpa, segura e bem conservada, dando o exemplo e ensinando a ter cuidado para não desperdiçar a água. (Valdivino Paisano, 10/5/2008).

Vale ressaltar que a realização do Plano de Trabalho na escola mostrou concretamente a transformação do funcionário, que passou a ser percebido e valorizado como sujeito ativo pela comunidade educativa, provando o acerto dessa escolha em Goiás. Não é pouca coisa transitar da invisibilidade para o protagonismo na instituição, sentindo a pertença e vivendo a capacidade de planejar ações práticas a serem desenvolvidas na escola, envolvendo, como líderes, toda a equipe escolar.

O Plano de Trabalho, tal como desenvolvido em Silvânia, Leopoldo Bulhões e Orizona, passa por algumas etapas bem definidas. Primeiro, o cursista se coloca como gestor técnico da instituição, onde ele identifica um problema ou uma situação que pode ser melhorada por uma ação prevista no Projeto Pedagógico, de acordo com sua área de atuação. Depois, ele discute, no encontro quinzenal, o que observou com o tutor. O tutor analisa com o cursista se a ação a se desenvolver está de acordo com as competências e habilidades específicas do seu curso. Quando o cursista quer executar uma determinada ação que não faz parte da sua área, o tutor intervém, vai problematizando até o próprio cursista entender que precisa rever sua ação. Caso o cursista tenha dificuldade em perceber uma ação para ser executada, o tutor sugere algumas possibilidades. Depois da identificação da questão a ser abordada, tutor e cursista começam a elaborar o plano, que contém: identificação, introdução/justificativa, objetivos, metodologia, cronograma, resultados esperados e referências. Concluída essa etapa, o cursista apresenta para a equipe gestora da escola e para seu Conselho, que representa toda a comunidade educativa, o seu plano, que, se aprovado, começa a ser executado. Dessa forma, o Plano de Trabalho se insere no conjunto de ações desenvolvidas pela escola, incluindo o funcionário como efetivo educador e gestor.

Reconstrução do perfil profissional

A primeira turma do Profuncionário iniciou com 20 cursistas. A vontade de aprender era muito grande, mas faltava-lhes uma dinâmica sistematizada de estudo. Tinham uma deficiência muito grande na leitura, interpretação e produção de texto. Diante dessa constatação, a atuação do tutor foi fundamental, propiciando momentos de leitura, incentivando a produção de textos e instigando a reflexão. Segundo as *Orientações Gerais*, cumpre ao tutor “[...] apreciar e dialogar com o cursista sobre sua produção escrita e sobre o sentido da prática realizada.” (BRASIL, 2008, p. 40).

No início, tudo para eles era abstrato, de difícil compreensão e com pouco senso crítico. Na medida em que os módulos eram estudados e os memoriais produzidos, eles iam construindo novo olhar, nova perspectiva de trabalho, como relata o cursista Lelis Antônio Sanches do Nascimento:

Nós, funcionários, contribuimos para a educação dos alunos seja diretamente ou indiretamente, por isso não podemos ficar alheios a essas realidades e precisamos de conscientização maior dos processos pedagógicos e integrar-se neles, esse está sendo muito importante nessa integração porque antes a gente não tinha conhecimento e era excluído. Hoje temos uma nova identidade e podemos participar das atividades escolares e dos projetos pedagógicos na escola. (Fragmento de memorial, 25/1/2008).

No decorrer do curso, os funcionários vão mudando de postura, até mesmo a aparência vai sendo modificada; ficam mais exigentes, se interessam em participar de eventos promovidos pela secretaria, de seminários promovidos pelo Sintego. Nas reuniões escolares, bem como no sábado coletivo, eles pedem um tempo para se pronunciarem sobre as suas descobertas:

Conhecimento tornou-se, para mim, dentro deste contexto, a palavra-chave, porque quanto mais eu conhecer o ambiente escolar e como ele deve ser arrumado, para receber as crianças de diversas faixas etárias e sua vida sociocultural, vai me ajudar a desempenhar melhor minhas funções e dessa forma colaborar para a aprendizagem dessas crianças (Fragmento de memorial Ivone Justino da Silva, 26/1/2009).

Um momento muito importante são os encontros quinzenais, que para os cursistas são ocasião única de troca de experiência, de diálogo, de reflexão, de entrosamento, de estudo. Espaço também para estreitarem laços de amizade com colegas e com o tutor. Os encontros sempre são iniciados com uma dinâmica de reflexão, com o objetivo de trabalhar valores, ética na vivência educativa.

Outro momento muito rico é a culminância do Plano de Trabalho. Geralmente, os cursistas organizam atividades como: palestras, painel de fotografias, filmes, brinquedos com material reciclado, gincanas de limpeza. Montam peças de teatro e dinamizam o recreio da escola. Enfim, contribuem significativamente com a função educativa da instituição escolar. A seguir, estão registrados os títulos de alguns dos projetos desenvolvidos pelas duas turmas de cursistas de Silvânia: *Trânsito também se aprende na escola; Jardinagem e arborização; É preciso cuidar da água para garantir vida; Banda de música - Bate latas; Reciclagem de papel; Conscientização da limpeza no espaço escolar: "Lixo na Lixeira"; Coleta Seletiva de Lixo; Revitalização do Espaço Educativo; Alimentação Sustentável; Multimistura; Organização do Espaço da Cozinha Escolar; Minhocário e a preservação do meio ambiente; Revitalização e preservação dos brinquedos educativos e Transporte Escolar.*

Todos eles estão relacionados a questões fundamentais do processo de melhoria da instituição, pois buscam respostas às questões concretas vivenciadas pela instituição. Por exemplo, o Plano de Trabalho "*Trânsito também se aprende na escola*" respondia ao problema da grande quantidade de automóveis e crianças nos momentos de entrada e saída da instituição. Detectado este problema, o cursista e o tutor elaboraram

uma proposta de conscientização e acompanhamento para que as crianças não corressem riscos durante aqueles momentos de alta rotatividade no trânsito ao redor da escola. Esse trabalho teve bastante êxito, no sentido de melhorar qualitativamente o trânsito: o cursista, antes mero expectador do problema, conseguiu envolver a comunidade escolar e os guardas de trânsito na proposta.

Em janeiro de 2009, iniciou-se a segunda turma do Profuncionário em Silvânia, com 23 cursistas. Com essa turma, foi possível contemplar todos os funcionários do Estado que já haviam concluído ou que estão concluindo o ensino médio. Infelizmente, nem todos os funcionários das redes estadual e municipal concluíram o ensino médio, alguns nem mesmo o fundamental. Eles se “justificavam”, alegando que, para trabalhar em tarefas de limpeza e alimentação nas escolas, não havia necessidade de estudo algum. Essa concepção, internalizada pelos funcionários(as), não lhes permitia “enxergar” seu papel educativo, nem a necessidade e direito à formação.

É notória a mudança que o Profuncionário provoca nos cursistas, que se processa logo no início do curso. Isso se percebe pelo relato da cursista Terezinha de Jesus Silva Nogueira:

Fico pensando como mudou a educação. A minha vida mudou, estou realizando atividades diferentes, convivendo com diversas pessoas que não conhecia, estou estudando e me qualificando. Algo diferente está ocorrendo em diversos setores sociais, não apenas na educação. Há um amplo e rápido processo de mudança. Exige-se cada vez mais um trabalho qualificado, flexível. (fragmento de memorial, 2009)

No intuito de contemplar também os funcionários da rede municipal, que estão ansiosos e motivados para fazer parte desse processo de transformação, principalmente porque vão assistindo à mudança significativa dos colegas em 2010, está prevista uma nova turma. Com a sanção da Lei nº 12.014, de 2009, que reconhece os funcionários das escolas como profissionais da educação, mediante formação pedagógica específica, aumentou ainda mais seu interesse.

A tutoria na ótica do tutor

Os coordenadores do Programa em Silvânia, juntamente com o tutor, consideraram que seria interessante averiguar se as percepções vivenciadas por eles durante o processo de formação eram também percebidas por outros tutores que atuam em Goiás. Ou seja, considerando a grande importância desse profissional na formação dos cursistas, buscou-se identificar quais as percepções têm os tutores acerca de seu próprio trabalho em âmbito maior. Para isso foram aplicados questionários durante o período de formação do Grupo II, que aconteceu em Goiânia no dia 7/10/2009.

Atualmente, Goiás tem 1.497 cursistas e 73 tutores no Profucionário. Desses, 20 tutores responderam ao questionário, abrangendo 27,4% do universo dos tutores de Goiás. O questionário continha quatro perguntas objetivas e quatro questões abertas.

A primeira questão referia-se a experiências em outros programas de formação de profissionais; 65% afirmaram ter participado de outros programas. Portanto, já tinham alguma experiência em tutoria ou em outra forma de acompanhamento sistematizado, típica de cursos como Proinfantil¹, Profa², Progestão³, dentre outros. Procurou-se saber também se já haviam participado do Programa Piloto de 2006: 40% disseram que sim.

Questionou-se em seguida o que era mais importante no desempenho da tutoria no Profucionário: a maioria afirmou ser o bom relacionamento entre cursista e tutor (53%), ficando em segundo lugar o estudo dos módulos (34,4%) e em último a correção das atividades em tempo hábil (12,5%).

Quando perguntados sobre o que mais contribuiu para a formação do cursista, eles responderam que eram as discussões realizadas nos encontros quinzenais (42,8%), o estudo dos módulos (22,8%), o desenvolvimento do Plano de Trabalho (20%) e a elaboração dos memoriais reflexivos e *pratiques* (14,4%).

Quanto às questões abertas, os tutores citaram como características essenciais do tutor para atuar no Profucionário: um bom relacionamento com cursistas, ter responsabilidade e compromisso, ter visão ampla de educação, gostar de estudar, ter ética, ser comunicativo, ser paciente, disponível, criativo, companheiro, gostar de trabalhar com a formação de profissionais e acreditar no Programa. Todos responderam na mesma lógica de pensamento, ressaltando as relações interpessoais, o gosto pelo estudo e por trabalhar com formação de profissionais.

Quanto aos desafios, boa parte (60%) apontou a carga horária do tutor destinada ao Programa (20 horas semanais) como insuficiente. Entre os outros desafios estão: manter os cursistas no programa, fazer com que eles se sintam valorizados, contar com infraestrutura adequada e com acesso a materiais didáticos e de consumo suficientes.

As duas últimas questões abertas se referiam a mudanças ocorridas nos profissionais a partir do programa: todos os tutores responderam que mudanças ocorreram. Tanto por parte dos cursistas, quanto da equipe gestora que passou a vê-los de forma diferente. É o que revelam as palavras das tutoras:

Os cursistas passaram a reivindicar seu papel dentro da escola e conhecer melhor os seus direitos. (Tutora nº 1)

Hoje o cursista sente que faz parte do processo educacional e que pode fazer a diferença em sua escola. (Tutora nº 2)

É maravilhoso ver o crescimento intelectual dos cursistas, reconhecer não somente os seus direitos, mas terem consciência de seus deveres. (Tutora nº 3)

Estão mais comunicativos, mais dispostos a participar dos eventos, reuniões e atividades escolares, mais solidários. Houve profissional que mudou até de se vestir. (Tutora nº 4)⁴

Diante do que os tutores responderam, é possível afirmar que eles, em consonância com a experiência de tutoria em Silvânia, têm consciência de sua importância no processo de formação dos cursistas, reconhecem o crescimento, o esforço, a política de libertação percorrida pelos funcionários não-docentes e ao mesmo tempo reivindicam reconhecimento, que deve ser concretizado principalmente em melhores condições de trabalho para desempenho de suas funções. Como reconhecem as *Orientações Gerais*, os tutores “desempenham um papel central no Profuncionário.” (BRASIL, 2008, p. 36)

Tutor, funcionários e qualidade da educação

Indubitavelmente o Profuncionário tem cumprido seu objetivo, no sentido da real transformação dos cursistas. Com base em documentos, depoimentos e na experiência no trabalho de tutoria, pode-se afirmar que os funcionários já não são mais os mesmos cumpridores de tarefas, mas profissionais comprometidos com o trabalho educativo. O acompanhamento sistematizado das ações dos cursistas, principalmente o desenvolvimento do Plano de Trabalho, proporciona contato mais estreito com as equipes gestoras, que sempre atestam essa mudança significativa no contexto educacional, portanto, o processo de mudança é percebido pelos diversos atores que compõem o cenário educacional.

Neste processo, a tutor assume papel fundamental, exigindo-se dele compromisso profissional e competências ligadas às relações interpessoais. Muito mais que capacidades cognitivas, à tutoria são imprescindíveis a ética, a dedicação, posicionamento político e crença de que mudanças são necessárias e possíveis. É preciso crer e trabalhar para que um dia aconteça o que defendia o poema que imortalizou Thiago de Mello (*Estatutos do Homem*): que a liberdade seja mais que uma palavra e que possa ter como morada o coração do homem.

Recebido em outubro de 2009 e aprovado em dezembro de 2009.

Notas

- 1 Programa de Formação Inicial para Professores em Exercício na Educação Infantil.
- 2 Programa de Formação de Professores Alfabetizadores.

- 3 Programa de Capacitação à Distância para Gestores Escolares.
- 4 Para que os tutores ficassem mais a vontade, não foi solicitado que assinassem os questionários.

Referências

- BARROS, Fernanda. **Lyceu de Goyaz**: elitização endossada pelas oligarquias goianas 1906-1937. 2006. 166 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Faculdade de Educação, Universidade Federal de Uberlândia, 2006.
- BRAGA, Rubem. O Padeiro. In: ANDRADE, Carlos Drummond de et al. **Crônicas 1**. 12 ed. São Paulo: Ática, 1989. p. 63–64. (Coleção para gostar de ler).
- BRASIL. CEAD/FE/UnB. **Orientações gerais** [Profucionário]. 3 ed. atual. rev. Brasília: Universidade de Brasília, Centro de Educação a Distância, 2008.
- FREIRE, Paulo. **Pedagogia do Oprimido**. 17 ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.
- _____. **Pedagogia da Autonomia**. 25 ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2002.
- MELLO, Thiago de. **Os estatutos do homem**. São Paulo: Martins Fontes, 1991.
- MONLEVADE, João Antonio Cabral de. **Funcionários das escolas públicas**: educadores profissionais ou servidores descartáveis? 3 ed. Ceilândia: Idéa, 2001.

Tutorial in the training course *A concrete experience*

ABSTRACT: This article addresses a reflection on the tutor's experience in the Technical Course for the Education Employees (Profunionário), for the professionals in the school systems, aiming at the redefinition of the tutors/educators' profile at the public schools. It argues that the pedagogical work in the referred course is a concrete action and it is crucial to revert the historic-social debt with these employees, who have suffered with the alienation process, typical of the capitalist manufacturing mode of production.

Keywords: Profunionário. School employee. Formation. Tutorage. Consciousness.

Tutoría en el curso de formación *Una experiencia concreta*

RESUMEN: El artículo procura reflexionar sobre la experiencia del tutor en el curso Pro funcionario para los profesionales de las redes de enseñanza, buscando resaltar las especificidades de las funciones y del perfil profesional del tutor/educador en las escuelas públicas. Argumenta que el trabajo pedagógico del tutor en lo referido al curso se trata de una acción concreta y fundamental en la reversión de la deuda histórico-social con los funcionarios que han sufrido el proceso de alienación típico del modo de producción capitalista.

Palabras-claves: Profunionario. Funcionario de escuela. Formación. Tutoria. Conscientización.

Tutorat dans le cours de formation *Une expérience concrète*

RESUMÉ: Cet article cherche à réfléchir sur l'expérience du tuteur au Cours Technique de Formation pour les Employés de l'Éducation (Profunionário) pour les professionnels des réseaux d'enseignement, avec le but de souligner les singularités des fonctions et du profil professionnel du tuteur/éducateur dans les écoles publiques. L'argumentation indique que le travail pédagogique du tuteur dans ce cours mentionné est une action concrète et fondamentale pour la réversion de la dette historique-sociale avec ces employés, qui souffrent le processus d'aliénation, typique du mode de production capitaliste.

Mots-clé: Profunionário. Employé de l'école. Formation. Tutorat. Conscientisation.